



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE MARÇO DE 1998

Senhora Presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso; Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Dona Anna Maria; Senhor Ministro Iris Rezende; Senhora Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Dra. Rosiska Darcy de Oliveira; Senhores Ministros de Estado e altos funcionários aqui presentes, e funcionárias; Senhoras Senadoras Marluce Pinto e Regina Assunção; Senhoras e senhores,

Ao comemorar, hoje, antecipadamente, o Dia Internacional da Mulher, precisamos, antes de tudo, olhar para trás e ver o caminho percorrido.

No mundo e em nosso país, a mulher vem conquistando o seu lugar na sociedade, após séculos de discriminação e de denegação de direitos. Foram elas mesmas, coletivamente, o sujeito dessa ampla mudança histórica, através de suas lideranças e de suas organizações, como vem de dizer a Dra. Rosiska e como são prova as senhoras do Conselho da Mulher e inúmeras organizações de mulheres neste nosso país. E o Estado teve que aprender com essa vanguarda.

Hoje, o diálogo do Estado com as mulheres é permanente e procura voltar-se para a solução efetiva dos problemas e das demandas das

mulheres. No Brasil, já disse, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher já fez muito para garantir a igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres, em todas as esferas.

Esse trabalho de sensibilização e de mobilização é fundamental. A discriminação, a desigualdade, a injustiça estão, muitas vezes, implícitas nos modelos culturais que nós herdamos. É preciso estar sempre atento para avançar na direção de mais igualdade em todos os setores da sociedade. E o Governo e a sociedade têm trabalhado nessa direção, com os obstáculos conhecidos, porque se trata de modelos culturais. As mudanças não ocorrem, simplesmente, através dos atos formais, dos decretos, das leis, que são indispensáveis. Na verdade, as mudanças só ocorrem mesmo é com a luta, com a transformação cotidiana, com empenho. E esse empenho não pode ser visto como empenho unilateral. Se o Governo atua sozinho – e dificilmente ele o faz –, não encontra eco. Se a sociedade se mobiliza, mas não encontra certo apoio legal e medidas de apoio da Administração, esse eco também se perde, sem que tenha efeito concreto na transformação.

Essa luta deve começar no princípio de tudo, que é a educação. Por isso mesmo, na revisão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, nós procuramos fortalecer uma atitude antipreconceito em todas as áreas, mas, também, na área específica das mulheres. No caso se tem feito um esforço muito grande para que essa nova visão que surge através dos livros didáticos não contamine as nossas crianças com visões deturpadas. O esforço feito nessa direção foi muito grande. Não foi um esforço burocrático, não foi apenas uma decisão de um Conselho de Ministros: foi uma decisão que se enraizou, depois de uma crítica enorme em todo o Brasil. É através da formação desse novos parâmetros curriculares que nós afastaremos, na nossa formação básica, o fantasma das desigualdades, pelo menos das desigualdades na percepção, embora não possamos afastá-las no que diz respeito diretamente à realidade, que transcende os currículos, obviamente.

Mas não basta mudar as mentalidades. É preciso também consagrar essas mudanças nas leis. Por isso a reforma do Código Civil, que está em tramitação no Congresso, propõe uma alteração muito importante,

emblemática. Havia um artigo lá que considerava o homem como o cabeça do casal, o chefe de família. E o novo texto dá direitos iguais aos homens e às mulheres. É alguma coisa de muito importante.

Antecipando-se ao Código, a legislação da reforma agrária, que foi aprovada em 93, já incorporou esse passo às relações familiares, que normalmente são muito conservadores no meio rural. No caso, no meio rural nós conseguimos avançar. Esse artigo, que já existe no Código, na verdade, nós colocamos em prática na reforma agrária em curso. Nestes três últimos anos, cerca de 25% das 180 mil famílias que receberam títulos de propriedade são constituídos por famílias chefiadas por mulheres. Foram 41 mil e 500 mulheres que receberam do Incra o título de propriedade. É algo bastante significativo: 41 mil mulheres recebem o título de propriedade, na qualidade, portanto, já de cabeça do casal.

Na área urbana, os programas governamentais, federais ou estaduais, de acesso à moradia também têm procurado favorecer as mulheres. Nós acabamos de ver o Ministro assinando uma disposição nesse sentido. No caso, por exemplo, do Ceará, em programas conjuntos do Governo Federal e do estadual, 90% dos títulos de concessão de imóvel foram atribuídos a mulheres. Também no Programa Carta de Crédito, dos 190 mil financiamentos feitos nos últimos dois anos, cerca de 65 mil – de novo, um terço – foram feitos para mulheres.

Isso, repito, não é predisposição favorável do Governo. Isso é outra coisa. Isso é o fato de que as mulheres já estão com a posição destacada, já estão exigindo, já estão cobrando e já participam – como já foi mencionado aqui – extensamente nas atividades da sociedade brasileira.

É óbvio que, em certos programas, como, por exemplo, o Fundo de Valorização do Professor Primário, como aí, no ensino básico, em que 90% dos professores são mulheres, ao aprovar um plano de valorização que melhore o salário das professoras e dos professores, a imensa maioria sendo de mulheres, haverá, portanto, aí também, algum avanço.

No caso da saúde, eu creio que os programas todos do Ministério da Saúde têm que tomar em consideração a presença da mulher. Nós temos programas importantes, inovadores, que são os de agentes comunitários de saúde, de redução da mortalidade infantil, de combate às

carências nutricionais básicas, de saneamento básico, etc., todos eles programas em que há uma interação direta com as mulheres, inclusive no caso do Programa da Saúde da Mulher, que é o empenho grande, sobretudo da Ruth e também do Conselho das Mulheres, na luta para a implantação desse programa. Se nós não tomarmos em consideração o ponto de vista das mulheres, dificilmente se avançará.

Ainda hoje, o Ministro da Saúde, que está aqui presente, Doutor Carlos Albuquerque, me disse que está lançando um programa nacional, uma campanha contra a sífilis congênita, que afeta 2% da população feminina e que é de tratamento relativamente fácil. Nós também estamos empenhados em um outro programa, que é o da chamada maternidade segura. Cerca de 140 instituições em 15 estados do Brasil já estão envolvidas nesse programa de maternidade segura.

De modo que nós vemos que há um conjunto realmente grande de atividades em marcha. Estamos assistindo à mudança do papel e do lugar da mulher no Brasil. Portanto, o Estado brasileiro não poderia ficar de braços cruzados ou de costas para o que está acontecendo.

Em nível de escolarização, as mulheres já superaram os homens no Brasil. Em média, as mulheres têm 5 anos e 7 meses de escolarização e os homens 5 anos e 4 meses.

Também na taxa de analfabetismo, que ainda é elevada – cerca de 15% –, não há mais, pelo menos, a discriminação negativa tanto a analfabetos quanto a analfabetas. Nós iremos reduzir ambos. Mas isso mostra também essa mudança efetiva que existe da população feminina brasileira. O fato de que nós tenhamos, hoje, 40% da força de trabalho compostos de mulheres, sendo que em 1970 eram cerca de 20%, é muito significativo. E o governo, o estado que não perceber isso certamente estará colaborando para que haja pouca democracia, porque estará deixando de atender a uma parcela muito grande e ativa da população brasileira.

Devo dizer que o fato de que nós tenhamos tido esse aumento tão grande da participação da população feminina na força de trabalho é realmente significativo. Realmente é muito importante, porque, em poucos anos, em 25 anos, se dobra a participação. O percentual de 40% é algo

de muito significativo – o que implica também a necessidade de nós termos uma evolução na implementação das nossas políticas de treinamento e de emprego. Aliás, o Ministério do Trabalho está tomando minha atenção. No caso do Programa de Qualificação do Trabalhador, 52% dos que foram atendidos por esse programa são mulheres. Portanto, mais até do que a participação relativa da mulher na força de trabalho.

No caso do Proger, Programa de Geração de Emprego e Renda, nos financiamentos, também de 95 a 97, 48% das operações realizadas e 48% dos empregos gerados foram para atender à demanda da força de trabalho feminina. Também de novo aqui se vê que há um aumento relativo em favor da mulher nesse tipo de programa. Repito que não estou dizendo com isso que o Governo esteja fazendo: estou dizendo que a própria pressão da sociedade leva a que, nos programas de universalização que existem, que têm que existir, as mulheres participem mais ativamente.

Agora, é preciso também reconhecer que, apesar disso, nós ainda estamos longe de ter feito o que devemos fazer e longe de ter atendido a tudo que é necessário. Já existe, entretanto, pelo menos, a consciência clara de que devemos avançar, já existe a consciência clara dos direitos.

É por isso que o Governo Federal, para continuar avançando, acaba de fazer, como nós vimos aqui, essa exposição de motivos proposta pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro da Administração e da Reforma do Estado, um passo importante no rumo da igualdade de oportunidades. É um passo realmente importante, porque os dois Ministros estão aqui solicitando que em 60 dias o Ministério da Administração e da Reforma do Estado faça um diagnóstico da mulher no serviço público e que faça um conjunto de sugestões, de diretrizes e mecanismos concretos para que os Ministérios adotem alguma coisa nesse sentido. A idéia é que, num prazo de 90 dias após tomar conhecimento das diretrizes, haja planos bianuais para promoção de igualdade de oportunidades para as mulheres em função pública, com objetivos quantificáveis, a serem revistos e avaliados pelo Mare. Eu acho que isso é, realmente, importante.

É realmente importante porque não se trata de quota, idéia mais complicada e discutível, Trata-se de igualdade de oportunidades. E é

preciso que se veja, no próprio Governo, na burocracia – e aqui nós estamos assistindo a ministros e vice-ministras aqui presentes; quem sabe um dia ministros e ministras, não é? –, que há um desequilíbrio na função pública. Quando olhamos o número de mulheres, a qualificação delas, mulheres, e a ocupação de cargos de responsabilidade, vemos que não é equilibrado. E essa medida, agora, essa diretriz é para que se busque um equilíbrio nessa matéria e para que, havendo qualificações iguais, as mulheres assumam, não o poder (*risos*), mas participem, participem do poder, possam, efetivamente, ter uma posição que não seja simplesmente a de número, mas que seja de qualidade, no que diz respeito ao comando.

Acho que o Estado brasileiro tem que estar reconhecendo, por essa exposição de motivos do Ministro da Justiça e do Ministro da Administração, que ele tem dentro de si uma situação de desigualdade. E o primeiro passo para que se rume na direção certa é reconhecer o erro. O erro é histórico, não é só nosso. Mas é nosso também. Então, nós vamos começar a corrigir dentro do funcionalismo publico essa situação. Creio que é algo significativo. E, mais ainda, nós vamos fazer cursos na ENAF e na ESAF, que são escolas da Administração Pública, cursos para que nós possamos ter mais mulheres habilitadas formalmente ao exercício da chefia.

Ao fazer isso, ao tomarmos uma decisão dentro da burocracia – portanto, ao alcance de decisões de nós próprios –, nós estamos, também, não apenas dando um exemplo, mas concitando mesmo os governadores e os prefeitos a que façam algo semelhante no nível dos estados e das prefeituras: quer dizer, passar a limpo a nossa situação de desigualdade, no que diz respeito à questão de gênero.

Acho que não vai bastar a existência desse tipo de atitude. Acredito, não obstante, que seja um passo adiante. Acho que vamos precisar de mais ascensão ao trabalho, de garantir melhores condições e formação, melhor condição de desenvolvimento para as mulheres. E nós sabemos que, nesse aspecto – e, aí, já escapa à decisão burocrática, de governo –, se há um segmento da população brasileira que não tem igualdade de oportunidades é o feminino.

Na verdade, quando se vê o que acontece nas cidades brasileiras, sobretudo nas zonas mais pobres, nas periferias das grandes cidades brasileiras, nota-se que as mulheres têm uma enorme desvantagem, porque elas, é claro, têm o mesmo problema que têm os homens, no que diz respeito ao transporte, perdem horas no transporte coletivo, mas elas têm a chamada dupla jornada: têm que se ocupar da casa e se ocupar do trabalho. E, quando se vai examinar a situação da mulher brasileira da classe popular, percebe-se que é uma situação desesperadora, não é uma situação de que se possa dizer que, por causa dos avanços havidos, por causa do avanço na democratização na sociedade brasileira, porque aumentou a participação da mulher na força de trabalho, os problemas estejam resolvidos. Não. Eles estão sendo resolvidos e, às vezes, em situação até mais aguda de dificuldade. E nós vamos ter que enfrentar isso enormemente.

E não é só a questão da creche: é a questão do filho adolescente, é a questão da criança, é a questão da droga – de novo o Ministério da Justiça, não é? –, é a questão da droga, repito, que, hoje em dia, é angustiante para a imensa maioria das famílias. E não só famílias de classe alta ou de classe média: as famílias da população mais pobre também estão alcançadas pela tragédia do narcotráfico, não é? Então, vemos que há um caminho imenso para que nós possamos avançar mais.

Acho que, por tudo isso, nós vamos precisar de mais esforço e de criar mais condições para que tenhamos melhor treinamento das mulheres, melhor participação na renda. Imagino que, agora, nós tenhamos as condições de fazer mais, como já estamos fazendo, no que diz respeito ao Ministério do Trabalho, nesses programas que já mencionei aqui; de avançar mais, eu creio, nessa mesma direção quase de resgate e exemplaridade. A portaria que o Ministro Kandir acaba de assinar é também um sinal claro do Governo no sentido de que ele, reconhecendo as injustiças, começa, ou prossegue – não começa – trilhando um caminho que permita uma melhor situação para a mulher.

Registro aqui o fato de nós pedirmos que os agentes dos programas habitacionais feitos com recursos da União ou que tenham a participação da União, geridos pela Caixa Econômica, pelo Ministério do Plane-

jamento, dêem prioridade à mulher que busca uma casa ou que busca melhorar a condição de vida da sua família.

Eu queria terminar dizendo que, reiterando aquilo que já foi mencionado aqui, que é sempre bom reiterar, esse esforço todo não é um esforço que possa ser feito pelo Governo sozinho: é um esforço societário, é uma transformação da sociedade. O Governo pode, deve, simbolicamente e efetivamente, marcar passos na direção de uma sociedade mais igualitária; mas, na verdade, isso é um esforço que depende muito amplamente da capacidade que nós tenhamos de estabelecer parcerias entre o Governo, as organizações não-governamentais, os movimentos sociais, os meios de comunicação de massa, para a mudança da mentalidade, a mudança da sensibilidade mesmo e, sobretudo, para que nós possamos dar os passos, que não são fáceis, na direção de mais igualdade de oportunidades. E, sobretudo, é preciso que nós reconheçamos o que não está certo.

Acho que o pior caminho é o de esconder e de dizer que já se fez quando não se fez, quando todo mundo está sabendo que as coisas não estão bem.

Eu não posso, digamos, num Dia Internacional da Mulher, dizer que estou contente com a situação do Brasil, com a situação das mulheres do Brasil, que não é boa, não é? Em termos sociais e globais não é boa. E também não posso dizer que acho que nós fizemos tudo que devíamos fazer, porque não fizemos. Mas eu posso reconhecer, com veracidade e humildade, que há muito a percorrer, que nós temos energia, decisão, vontade de ir adiante e, por isso mesmo, que esse Conselho presidido pela Dra. Rosiska é de suma valia e que é preciso, cada vez mais, que ele se infiltre no conjunto da Administração Pública, para que, em cada ato do Governo – não apenas num dia simbólico das mulheres – sempre se faça a pergunta: mas é igual mesmo? Essa decisão atinge homens e mulheres do mesmo jeito? Atinge negros e brancos do mesmo jeito? Atinge os que têm problemas físicos do mesmo jeito?

Nós temos que ter a preocupação permanente de refazer a nossa sociedade no sentido de direitos e oportunidades iguais para todos.

Muito obrigado.